



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

CO-PRODUÇÃO DA CIDADE E CIÊNCIA CIDADÃ: PESQUISA-AÇÃO PARTICIPATIVA EM
OCUPAÇÕES DE MORADIA EM SÃO PAULO/SP

Ana Clara Oliveira de Araújo (FAUUSP) - clara.oliveiradearaujo@gmail.com

*Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA).
Mestranda em Habitat pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP). Bolsista
de Treinamento Técnico (TT-3) no*

Lara Isa Costa Ferreira (FAUUSP) - lara.icf@usp.br

*Graduação em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP) - Portugal. Mestre e
doutoranda em Habitat pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP).*

Mariana Ribeiro Pardo (FAUUSP) - ribeiropardo.mariana@usp.br

*Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA).
Mestranda em Planejamento Urbano e Regional pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São
Paulo (FAU-USP).*

Co-produção da cidade e ciência cidadã:

pesquisa-ação participativa em ocupações de moradia em São Paulo/SP

INTRODUÇÃO

Este texto pretende contribuir com reflexões iniciais de processos de pesquisa-ação participativa desenvolvidos no âmbito do projeto de pesquisa temático “CoPolis - Co-produção social da cidade e ciência cidadã: uma perspectiva comparada sobre classe trabalhadora e bairros precários na França e no Brasil”. Trata-se de um projeto de pesquisa do Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos (LabHab), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), em colaboração com o Laboratório LAVUE, que é uma unidade de pesquisa do Centro Nacional de Pesquisas Científicas (CNRS) francês (UMR 7218), e que conta com o apoio de agências de fomento dos dois países, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo lado brasileiro, e a *Agence Nationale de la Recherche* (ANR) pelo lado francês. Este projeto é construído em cooperação com outros laboratórios de pesquisa, tal como o Laboratório de Justiça Territorial (LabJuta), da Universidade Federal do ABC (UFABC) e o Laboratório de Estudos Urbanos e Socioambientais (LEUS) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

O projeto pretende confrontar as formas de inserção dos laboratórios mencionados, baseando-se em atuações de pesquisa-ação, focada em projetos participativos junto a comunidades em situação de precariedade social, econômica e urbana, em ambos os países. As condições desses projetos, seus objetivos e as formas de participação da universidade, evidentemente, diferem bastante de um país para o outro. Apesar disso, chamam a atenção os pontos em comum: em ambos os casos, tratam-se de atividades engajadas, em que a universidade cumpre um papel nas articulações com diversos atores, desde os habitantes das comunidades em questão, passando por associações da sociedade civil, organizações não governamentais, instituições privadas, e órgãos públicos vinculados a todas as esferas de poder. Pretende-se focar sobre a atuação da universidade, vista em contexto e na especificidade de campos de estudo, no âmbito das ciências sociais aplicadas, com especificidade na arquitetura, urbanismos e planejamento urbano, nos casos brasileiros, e de forma implicada diretamente com a realidade social e urbana, no sentido da busca por respostas a problemas concretos colocados pela população envolvida nesses processos.

A atuação da universidade nesses contextos, assim como de organizações da sociedade civil com as quais os laboratórios e seus pesquisadores dialogam, implica na formulação e aplicação de estratégias comuns para viabilizar a realização do trabalho, mais especificamente, a construção de relações de co-produção do conhecimento e da própria cidade. Nesse sentido, o projeto também se propõe a estudar ferramentas, tentando

contribuir para a consolidação de uma epistemologia referente aos processos de pesquisa-ação participativa, que envolvem a inserção dos pesquisadores nas atividades demandadas pelas comunidades parceiras, e não somente a observação e reflexão sobre essas ações. No âmbito do projeto CoPolis, essa discussão ocorre a partir do engajamento das duas equipes — brasileira e francesa —, em localidades que enfrentam condições precárias de moradia, sempre em articulação com entidades compostas por profissionais comprometidos com a defesa de direitos sociais.

Seguindo nessa linha, a cooperação entre as equipes de pesquisa dos dois países tem se dedicado a olhar as experiências de co-produção de forma comparada, confrontando os modos como as relações e os trabalhos se impõem, tendo em perspectiva as realidades distintas do Brasil e da França. No contexto brasileiro, há ainda a intenção de compreender práticas alternativas de planejamento que ocorrem em diferentes espaços das cidades, tendo como estudos de caso bairros populares e ocupações de moradia no Rio de Janeiro e em São Paulo, por meio de interlocuções pré-estabelecidas pelos laboratórios de pesquisa integrados ao projeto CoPolis, bem como de entidades de assessoria técnica profissional. A avaliação dessas práticas brasileiras também visa estabelecer uma análise correlacionada, entendendo as especificidades locais e dos grupos envolvidos, reforçando a multiplicidade dessa ciência cidadã, como se propõe denominar as práticas de co-produção desenvolvidas por um conjunto de atores e instituições no ambiente urbano.

O fortalecimento de uma ciência cidadã, a partir dos processos de co-produção da cidade, dialoga com o sistema político corrente, no qual a governança busca promover a participação social nas instâncias de decisão, reunindo representantes de diferentes segmentos da sociedade civil e das esferas de poder. Ao mesmo tempo, compreende-se que esses espaços deliberativos coletivos, apesar da grande importância que têm para o regime democrático, ainda são restritos à maior parte da população, que se organiza de outras formas para apresentar e disputar suas reivindicações. Esses modos de organização popular estabelecem parcerias e articulações com entidades, profissionais autônomos, universidades e outros atores, e, no espaço urbano, configuram formas alternativas de planejamento e de intervenções que visam contribuir para a redução de desigualdades socioespaciais.

Cabe destacar que essas práticas alternativas de co-produção não são novas, e estão presentes em diferentes localidades do Brasil e do mundo, mas ainda demandam estudos que compreendam suas dimensões metodológicas e epistemológicas. O projeto CoPolis está engajado nessa concepção, a partir de uma metodologia que combina a pesquisa-ação participativa desenvolvida junto com os campos de estudo propostos, como também uma pesquisa qualitativa, que se dispõe a refletir sobre essas experiências de construção partilhada do conhecimento. Assim sendo, além do papel desempenhado pela universidade nesses campos, especialmente das equipes de pesquisadores integradas ao CoPolis, há ainda o compromisso de sistematizar essas informações para que elas possam reverberar nos espaços acadêmicos, desdobrando em possíveis reformulações e reestruturações de atividades

universitárias cada vez mais territorializadas e engajadas na realidade social em que se inserem como são, por exemplo, algumas atividades extensionistas.

Para este texto, pretende-se abordar uma análise comparada de dois campos de pesquisa da equipe brasileira, através dos estudos de casos propostos na cidade de São Paulo: as Ocupações Verticais no Centro e as Ocupações Jovens na Periferia. Em ambos existe a presença do LabHab e/ou LabJuta, em colaboração com movimentos sociais e outras entidades da sociedade civil, destacando-se a assessoria técnica Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais. Nesse sentido, serão apresentadas algumas questões de pesquisa que têm atravessado essas práticas, sempre em relação com as proposições metodológicas e reflexivas do projeto temático, buscando contribuir para o objetivo central da pesquisa.

A partir da apresentação geral da pesquisa, trazida nessa introdução, o texto segue com a exposição dos dois campos de estudo elencados. As Ocupações verticais do Centro, é um campos que abrange seis ocupações de edifícios na região central da cidade, que são vinculados ao Movimento de Moradia Central e Regional (MMCR) e ao Movimento Sem Teto pela Reforma Urbana (MSTRU), com trabalho técnico realizado pela Peabiru, e participação de pesquisadores do CoPolis vinculados ao LabHab. Nas Ocupações Jovens na Periferia iremos discutir a experiência de trabalho na Ocupação Anchieta, em interlocução com a Associação de Moradores Movimento Anchieta Grajaú, incluindo também a assessoria técnica e o laboratório de pesquisa citados acima. Ao final, propõe-se uma elaboração reflexiva a partir dos atravessamentos identificados entre os dois campos.

OCUPAÇÕES VERTICAIS NO CENTRO DE SÃO PAULO

Em seu primeiro ano de atividades, o trabalho desenvolvido no campo "Ocupações Verticais no centro de São Paulo (SP)", esteve dedicado ao apoio e acompanhamento do projeto Ocupas Centro, realizado pela assessoria técnica Peabiru, em parceria com os movimentos sociais MMCR e MSTRU. O projeto, que foi desenvolvido através do edital público de parceria de fomento do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (CAU/SP), contou com um processo de assessoramento técnico à seis ocupações de moradia em edifícios na região central da cidade de São Paulo, organizadas pelos movimentos sociais parceiros já mencionados, ambos filiados à Frente de Luta por Moradia (FLM).

O trabalho, de forma geral, teve como mote o reconhecimento da necessidade de implementar ações voltadas para a melhoria das condições físicas e de habitabilidade dos edifícios envolvidos, reforçando o debate sobre a permanência dessas ocupações no centro da cidade e a importância dos movimentos de moradia para conservação e manutenção desses espaços. Do projeto fez parte também uma equipe técnica social, composta por assessoras e técnicas sociais do próprio movimento, que realizaram uma pesquisa sócio econômica às famílias moradoras. Cabe apontar que esse projeto teve como cenário, um contexto de conjuntura sociopolítica com intensa criminalização

das lideranças dos movimentos sociais de ocupações de prédios, com nítido intuito de desmobilização das ocupações existentes e desencorajamento de novas ações nesse sentido. Ainda, é importante mencionar, de forma breve, que esse contexto está associado ao incêndio e queda do Edifício Wilton Paes de Almeida, no ano de 2018, que intensificou uma pressão generalizada do poder público, e de outros setores da sociedade, para a eliminação das ocupações de moradia em edifícios, tomando como argumento a questão do risco.

Sobre o tema, HORIZOSHI e MARQUES (2021), ambos inseridos em processos de assessoria técnica à movimentos de moradia em São Paulo, refletem que, em relação às ocupações

" [...] houve um avanço tanto quantitativo, passando a serem feitas por uma grande variedade de atores, vinculados a movimentos sociais ou não, e qualitativo, com ocupações emblemáticas que viraram referências culturais e gastronômicas. Houve, porém, as emblemáticas no sentido inverso, como a do Edifício Wilton Paes de Almeida, bastante precária e em situação de risco que resultou no seu incêndio e queda no dia 1º de Maio de 2018. A partir de então, houve uma pressão por parte de setores da sociedade para a eliminação das ocupações, através do argumento do risco." (HORIZOSHI; MARQUES, 2021, p.3)

Os autores ainda complementam que, diante desse cenário, a Prefeitura Municipal de São Paulo passou a organizar

" [...] uma série de visitas para um levantamento das condições das ocupações e posterior indicação de recomendações e medidas necessárias para a mitigação de riscos, organizadas em um checklist. Paralelamente o Ministério Público lançou ações contra algumas lideranças de ocupações, que resultaram na prisão preventiva de algumas delas, e em imposição de restrições a outras. A partir de então, houve uma criminalização generalizada às lideranças dos movimentos de moradia que ocupavam os edifícios do centro. Se por um lado, as visitas possibilitaram um levantamento censitário inédito, por outro, serviram de instrumento para aumentar a pressão e criminalização dessas lideranças." (HORIZOSHI; MARQUES, 2021, p.4)

Se, inicialmente, havia uma movimentação por parte do poder público para identificar e classificar riscos nas ocupações onde ocorreram as visitas — usando, inclusive, esse argumento para remoção das famílias ocupantes —, foi a partir do engajamento dos movimentos sociais, junto à universidades e assessorias técnicas, que essas visitas passaram a ter seu direcionamento voltado para a mitigação desses riscos. Nesse sentido, muitos movimentos de moradia se organizaram para cumprir as exigências colocadas em uma *checklist* elaborada pela prefeitura, mobilizando recursos próprios para desenvolver o que era possível dentro das realidades de cada ocupação.

É justamente nesse contexto que o projeto Ocupas Centro se estrutura, propondo atividades realizadas por equipes de trabalho multidisciplinares, com técnicos do campo da arquitetura, urbanismo e assistência social, além da participação ativa das lideranças dos movimentos e de articuladores comunitários, e em diálogo com assessores jurídicos, na perspectiva de construir estudos, levantamentos e proposições a partir das condições físicas,

jurídicas e sociais das ocupações envolvidas. Assim, o projeto contou com seis frentes de atuação articuladas e complementares: (1) Levantamentos físicos e sociais; (2) Diagnósticos elaborados com técnicos-moradores responsáveis pelas intervenções e manutenção dos edifícios; (3) Propostas, orientações técnicas, projetos e orçamentos estimativos para ações de melhorias nos edifícios; (4) Mobilização comunitária, junto a comissões de famílias, para organização de ações imediatas e construção coletiva das propostas; (5) Apoio a processos jurídicos, em diálogo com as assessorias jurídicas dos movimentos; e, por fim, (6) Articulação política junto aos órgãos públicos e concessionárias para viabilização das obras de melhoria necessárias e regularização de serviços públicos essenciais, como água e energia elétrica.

Em paralelo a todo o processo, foi organizado também um curso de formação técnica e política para profissionais de arquitetura e urbanismo acerca de questões e demandas recorrentes nas ocupações, denominado OCUPAATHIS. O curso, organizado pelo LabHab, da FAUUSP, foi uma das etapas onde houve interação e possibilidade de reverberação da universidade, neste caso representada pelo projeto de pesquisa temático CoPolis, com o processo de assessoramento das ocupações, ajudando na organização de conceitos e questões acerca das possibilidades de proposição e intervenção nesses espaços. Além das seis ocupações envolvidas no projeto Ocupas Centro, o curso também foi ampliado para outro projeto que acompanhava cinco ocupações assessoradas pela FIO — assessoria técnica do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) —, contemplando, ao todo, 11 ocupações de moradia e seus técnicos associados.

Diante desta breve apresentação do processo, das ocupações e dos agentes envolvidos, interessa, neste ponto, mobilizar algumas reflexões e questões que atravessaram as experiências vivenciadas durante as atividades desenvolvidas. É importante, inicialmente, destacar a riqueza e a complexidade presente no acompanhamento de um campo de estudo tão diverso, que envolve ocupações de moradias de diferentes contextos, seja por conta dos movimentos que as organizam, pela dimensão e configuração dos agregados familiares, ou pelas condições físicas dos edifícios ocupados. Essa diversidade no cenário de atuação da pesquisa, permitiu um olhar transversal para as similaridades e os afastamentos entres as ocupações, trazendo questões para pensar, de maneira geral, sobre a relação universidade-comunidade-assessoria técnica em cada um dos contextos.

Nesse sentido, a sobreposição de interlocuções em um mesmo espaço de atuação foi um tema que apareceu logo nas primeiras atividades de campo, visto que é recorrente a existência de grupos que trabalham com territórios/movimentos/comunidades que já receberam, ou ainda recebem, a ação de muitos atores, alguns deles da própria universidade. Ao mesmo tempo que essa sobreposição gera conflitos e tensões, ela também pode apontar para acúmulos positivos, convocando para uma reflexão sobre o trabalho continuado, que não parte do zero. Esse é um aprendizado importante para grupos universitários, principalmente extensionistas, pensando em práticas que se constroem a partir da associação de múltiplos agentes atuantes, e que consideram os diversos acúmulos existentes.

Outro ponto que vale ser destacado, refere-se ao reconhecimento da interlocução universidade-comunidade como uma via de mão dupla, um processo dialógico em que ambos os lados trocam conhecimentos, saberes e técnicas. Neste caso específico, e olhando especialmente para a experiência do curso OCUPAATHIS, ao mesmo tempo em que as ocupações e os movimentos sociais eram fortalecidos a partir das ações de assessoramento, a universidade também o conhecimento das e sobre as ocupações foi potencializada, contribuindo principalmente na formação de arquitetos urbanistas com abordando questões éticas, técnicas, sociais e políticas.

Revelou-se também, diante da necessidade de assessoramento e registro das condições físicas dos edifícios ocupados pelos movimentos de moradia, a importância do aporte técnico em ações no âmbito da arquitetura e urbanismo, como um dos principais instrumentos de atuação desse profissional no campo. Esse olhar atento e reivindicatório para as ferramentas técnicas, não sugere uma supervalorização da mesma em detrimento de conhecimentos e saberes não institucionalizados, ao contrário, revela-se, inclusive, uma potência pedagógica e instrumental na articulação entre múltiplos aprendizados. Neste campo de estudo, podem ser citados como exemplos os momentos de partilha entre os técnicos das ocupações — de elétrica, hidráulica, mestres de obra, entre outros —, e os técnicos oriundos da universidade — arquitetos e engenheiros —, que conduziram para a produção de um conhecimento comum, enriquecendo o repertório teórico, metodológico e técnico de todos os envolvidos.

Por fim, cabe trazer como reflexão, a diversidade no nível de organização dos diferentes movimentos sociais que mobilizam as ocupações com as quais a pesquisa se relaciona. As maneiras como esses espaços lidam com a estrutura, o engajamento e a formação política das famílias moradoras/ocupantes, interfere diretamente no trabalho da universidade e na forma como ela interage com esses sujeitos.

OCUPAÇÕES JOVENS NA PERIFERIA DE SÃO PAULO: O CASO DA OCUPAÇÃO ANCHIETA GRAJAÚ

No âmbito do projeto de pesquisa em curso, as discussões e construções referentes aos processos de co-produção da cidade abrangem, no caso brasileiro, diferentes vertentes de ocupações de moradia popular verificadas no espaço urbano, sendo uma dessas, jovens ocupações horizontais constituídas na periferia de São Paulo. O estudo dessa realidade está ancorado na perspectiva de participação da universidade em projetos que envolvem autoconstrução, produção coletiva de moradias e desafios ambientais, que se realizam através das experiências da classe trabalhadora na busca por alternativas de acesso à cidade. Nesse sentido, um dos locais onde foi estabelecida uma interlocução trata-se da Ocupação Anchieta, que se situa no distrito do Grajaú, na zona sul da capital paulista.

A aproximação com a Ocupação Anchieta também ocorreu por meio do trabalho da assessoria técnica Peabiru, que, junto com a Associação de

Moradores local, realiza um projeto de auto urbanização e regularização fundiária nesse espaço desde o final de 2019, envolvendo, ainda, outros agentes e entidades. Cabe pontuar que essa ocupação verifica-se em um terreno de propriedade privada, que pertence ao Instituto Anchieta Grajaú (IAG) — uma instituição sem fins lucrativos que desenvolve atividades assistenciais e socioeducativas com crianças e adolescentes da localidade —, que solicitou judicialmente a reintegração de posse, configurando-se, portanto, como um conflito fundiário. Assim sendo, os moradores locais se organizaram na Associação de Moradores Movimento Anchieta Grajaú, passando a ter uma representação institucional nos processos de negociação. (PEABIRU, 2020)

A configuração desse local como uma ocupação jovem refere-se ao seu surgimento em 2013, concomitantemente a outras ocupações que se realizaram nesse mesmo período na Zona Sul da cidade de São Paulo, buscando garantir o acesso à moradia em um contexto político de reivindicações de direitos. A apropriação do terreno ocorreu de forma dispersa, inicialmente com barracos de lona que, posteriormente, foram substituídos por construções de madeira, que perduram até o momento atual. No decorrer desse tempo, e após a formação da associação local, diferentes articulações foram mobilizadas, visando constituir uma resistência pela permanência das famílias no terreno, abrangendo órgãos públicos, concessionárias de serviços urbanos, movimentos de moradia, universidades, além de empresas e entidades que pudessem contribuir com os processos de urbanização e de regularização. (PEABIRU, 2020; OLIVEIRA, 2021) É nesse contexto que se dá a aproximação com a Peabiru, e, posteriormente, a partir dela, com o LabHab.

Com base nos levantamentos feitos pela assessoria técnica entre 2019 e 2020, nota-se que há nesse terreno mais de 1000 famílias, que vivem em moradias construídas com materiais não permanentes, além de enfrentarem condições de infraestrutura precárias, sem sistemas públicos de drenagem ou esgoto. Quanto à situação socioeconômica dos domicílios, observa-se que 90% deles têm renda familiar mensal média de até dois salários mínimos, incluindo outras vulnerabilidades — responsáveis mães-solo, responsáveis de raça negra, composição com mais de duas crianças, com idosos ou pessoas impedidas de trabalhar ou estudar.

Essa caracterização física e social da Ocupação Anchieta ajuda a evidenciar sua inserção como um dos casos em estudo no projeto de pesquisa, que vem analisando as contribuições e os limites das práticas de co-produção em situações de precariedade urbana e habitacional. Além das instituições já citadas — Associação de Moradores, IAG, Peabiru, LabHab —, o processo conta com a colaboração da União de Movimentos de Moradia (UMM), da Central de Movimentos Populares (CMP), do Taubman College da Universidade de Michigan, assim como de secretarias da Prefeitura de São Paulo, da defensoria pública, e de órgãos do Governo do Estado. A pluralidade de agentes relacionados com esse território reforça a complexidade do caso, possibilitando a investigação acerca das ferramentas de cooperação que são aplicadas no processo, bem como do papel da universidade nesse contexto.

Dentre essas diferentes instituições, cabe apontar que o interesse da pesquisa está centrado nas práticas alternativas desempenhadas pela

sociedade civil organizada, remodelando o desenvolvimento das atividades e colaborando para a construção de estratégias de reivindicação dos grupos assessorados. No âmbito da Ocupação Anchieta, essa contribuição reflete-se no contexto de luta pela urbanização e regularização do assentamento e das moradias, e é analisada a partir da inserção dos pesquisadores na equipe técnica, através da articulação do LabHab com a Peabiru, que coordena o projeto em curso. Nesse sentido, a partir da metodologia da pesquisa-ação participativa, que norteia o CoPolis, cabe ressaltar dois aspectos verificados nesses primeiros anos de interlocução: as ferramentas de co-produção aplicadas; e o aporte da universidade para o processo.

A inserção da equipe técnica no território ocorreu, como dito acima, em um contexto de disputa pelo direito de moradia na área onde está a Ocupação Anchieta, e é solicitada pela Associação de Moradores a partir da indicação dos movimentos sociais com os quais estão vinculados — a UMM e a CMP. Para tanto, houve um período de negociações para definição do trabalho e pactuação de diretrizes em comum, que envolveram a comunidade e os proprietários do terreno. Esse procedimento aponta para a primeira ferramenta de co-produção mobilizada nesse projeto, que corresponde à participação ativa das pessoas e instituições relacionadas ao conflito fundiário, reforçando a importância do diálogo para tomada de decisões e resolução de impasses. Cabe pontuar que esse entendimento refere-se à indissociabilidade entre política e o trabalho técnico das assessorias, ressaltando que a democratização do conhecimento profissional e científico é também uma forma de garantia de direitos.

No que tange à participação, especialmente a partir de 2020, esse processo foi parcialmente impactado pela pandemia da covid-19, que exigiu um afastamento físico temporário, assim como a proposição de outras maneiras para permanecer em diálogo, respeitando os protocolos sanitários, e preservando a saúde de todos os envolvidos. Considerando que a atuação da assessoria técnica tem como um de seus princípios a cooperação entre técnicos e comunidade, entre as estratégias para continuidade do trabalho no modelo remoto, decidiu-se pela realização de reuniões no formato virtual, para dar seguimento ao planejamento e às demandas, bem como para o compartilhamento dos materiais que estavam sendo produzidos.

Apesar do distanciamento imposto ao trabalho, foi possível manter certos aspectos que caracterizavam as atividades presenciais, como as instâncias de participação proposta para o projeto, com a Comissão Geral de Urbanização, bem como das quatro subcomissões que a compõem: social, obras, comunicação e meio ambiente. Além disso, mesmo diante do contexto pandêmico e do afastamento da equipe técnica, os moradores seguiram ativamente na realização de obras de melhorias em suas residências, com uma prática de autoconstrução que é permanente e paulatina, mas que tem um certo impacto sobre o projeto de auto urbanização, interferindo sobre o parcelamento proposto, sendo necessário reprogramar as próprias ações previstas, de modo a garantir a qualidade urbanística e infraestrutural concebida para esse local.

O uso de ferramentas virtuais, para continuidade das atividades relacionadas ao projeto em curso na Ocupação Anchieta, também abrangeram as relações e negociações com os proprietários do terreno e com os órgãos e secretarias da prefeitura e do estado, bem como da defensoria pública. Assim sendo, foi possível dar seguimento às conversas já estabelecidas com esses agentes, buscando formas de viabilizar a continuidade dos debates e das decisões referentes ao processo de regularização fundiária. Parte dessas discussões também abrangiam uma perspectiva de intervenção física sobre o espaço da comunidade, complementando as ações de auto urbanização empreendidas pelos moradores.

Nesse momento, cabe mobilizar outra ferramenta de co-produção verificada na prática em campo, que se trata da mediação de conflitos. A aplicabilidade da mediação, neste caso específico, ocorre em duas escalas. A primeira delas refere-se às negociações abordadas acima, nas quais a equipe técnica, juntamente com a Associação de Moradores, vem dialogando com agentes externos à Ocupação, buscando contribuir para a resolução da situação fundiária, reivindicando, para tanto, o direito à moradia neste local. A segunda escala de mediação se dá internamente, resolvendo questões que possam motivar o distanciamento entre os participantes, reforçando a importância das deliberações coletivas para a consolidação do projeto desenvolvido na comunidade.

Nota-se que há diferentes visões sobre como deve ser a participação no processo, e como os encaminhamentos devem ser conduzidos, que se relacionam com as redes locais de cooperação e de articulação. Em outros momentos, verificou-se ainda a desmobilização de alguns dos membros das comissões, que tinha a ver com a dificuldade em compatibilizar as demandas pessoais de cada um deles com o papel que desempenhavam nas esferas de deliberação propostas no âmbito do projeto. Dessa forma, a mediação utilizada pela assessoria tem o sentido de colaborar para a resolução desses conflitos que ocorrem na escala comunitária, enfatizando que as atividades desenvolvidas, além da melhoria do espaço físico, também pretendem contribuir para a formação política de todos os envolvidos.

Por último, convém citar o papel da universidade nesse processo, que afora a interlocução permanente com a comunidade, a partir da integração dos pesquisadores na equipe técnica coordenada pela Peabiru, também influi no conflito fundiário, apoiando as reivindicações da Ocupação Anchieta acerca da moradia. O apoio de instituições dessa natureza, assim como da entidade de assessoria técnica profissional envolvida, contribui para o acesso a esferas de deliberação que assegurem a escuta da população afetada, conduzindo a melhorias nas condições verificadas no assentamento. Apesar disso, é importante colocar que casos como este representam a menor parte dos problemas urbanos que conseguem ser endereçados, ressaltando que a incidência de projetos dessa natureza ocorre no nível local, não sendo suficientes para dar conta da configuração socioespacial existente.

REFLEXÕES A PARTIR DOS ATRAVESSAMENTOS ENTRE OS CAMPOS DE PESQUISA

Após a exposição dos dois casos abordados, é possível estabelecer atravessamentos entre os dois campos de atuação, que permitem a construção de reflexões dessas práticas desenvolvidas em ocupações de moradia na cidade de São Paulo. No projeto de pesquisa-ação, para além da atuação direta, cabe-nos o questionamento sobre a prática, no sentido de buscarmos contribuições para ações futuras, mas também trocas elaboradas com os parceiros diretos, e dentro deste projeto, com os parceiros franceses.

Em primeiro lugar, apontamos que, apesar de receberem a mesma denominação de ocupação, as experiências apresentadas correspondem a contextos socioespaciais distintos. Assemelham-se, entre outras coisas, pelos conflitos fundiários em que estão envolvidas. Falamos de territórios autoconstruídos ou auto-ocupados e adaptados (nos caso dos prédios), relativamente recentes, e que nem sequer entram dentro das designações oficiais da Prefeitura Municipal¹. Apesar de não se relacionar diretamente com a relação universidade-comunidade, esta constatação nos leva a refletir sobre a necessidade de atualização dos termos, conceitos e definições sobre as formas de morar da população mais pobre e que historicamente tem sofrido ataques ao seu direito à moradia digna. É urgente uma reflexão que atravesse tanto a universidade, quanto os poderes públicos instituídos e que permeie até os movimentos sociais, no sentido da reivindicação pela existência, permanência mas também e acima de tudo, possibilidades de intervenções atualizadas e adequadas às necessidades reais. O termo *ocupações*, tende a um entendimento sobre a transitoriedade do tempo de moradia. O que encontramos nos campos de estudo são muitas famílias que moram há mais de 10 anos nos mesmos espaços, e que disputam o termo *ocupação* como o reconhecimento da sua legitimidade, existência e direito. É urgente a compreensão sobre a complexidade e diversidade de ocupações não só na cidade de São Paulo, mas também no resto do país, reconhecendo a emergência da crise habitacional e urbana em que estamos inseridos.

Apesar de tantos aspetos que as distinguem, as ocupações apresentadas se aproximam pelas mobilizações que são realizadas por seus moradores e lideranças, reunindo um conjunto de atores que contribuem para as reivindicações levantadas por esses movimentos. Essa atuação conjunta mobiliza ferramentas colaborativas e formas de planejamento alternativas — que são o mote de investigação do projeto —, fomentando espaços deliberativos para essas pessoas, que nem sempre conseguem acessar instâncias de participação promovidas pela governança.

Outra aproximação verificada entre os dois casos trata-se da participação da universidade, através da inserção dos pesquisadores nas

¹ No HabitaSampa, base de dados aberta da Secretaria Municipal de São Paulo, são consideradas as seguintes tipologias de Habitação, se referindo aos Assentamentos Precários com necessidades de atendimento habitacional: Favelas, Núcleos, Loteamentos, Cortiços. No mapa desses mesmos dados, as ocupações dos campos de estudo não se encontram identificadas. Para mais informações, consultar <http://www.habitasampa.inf.br/>

equipes técnicas dos projetos, tomando partido e contribuindo para as lutas travadas por movimentos sociais e organizações comunitárias. É importante considerar, em um contexto ampliado, que essa tem sido a postura de muitos outros grupos de pesquisa e extensão dentro da academia, não apenas em São Paulo, mas em outras cidades, reforçando denúncias acerca de violações de direitos contra grupos populares, e também lutando ao lado destes por direitos sociais e políticos. Desse modo, neste projeto, busca-se refletir sobre esse lugar de atuação da universidade, que, por vezes, assume o papel de agente mobilizador e/ou mediador desses processos de co-produção.

Nesse sentido, algumas questões são levantadas acerca da atuação da universidade, que tentam contribuir para as reflexões propostas pelo CoPolis. Considerando os contextos socioespaciais relacionados aos campos de pesquisa, nos quais há conflitos fundiários e ambientais, e, muitas vezes, com ameaças criadas pelo próprio Estado, como caracterizar o papel da universidade pública? Sendo ela um organismo do Estado, como enquadrá-la nesse lugar de disputa contra outras representações dessa mesma estrutura? Nas ocupações de moradia, sua participação é valorizada dentro dessas disputas, sobretudo por contribuir para o fortalecimento das reivindicações das organizações populares que se articulam nesses locais. No entanto, será esse papel suficiente frente a disputas tão reais e violentas? Qual o alcance dessa atuação na transformação efetiva da qualidade de vida das populações?

Por outro lado, a institucionalidade pode ser acompanhada por uma sobrevalorização do papel e contribuição da universidade nas disputas, podendo, em alguns espaços, as falas de seus integrantes ter mais peso do que daqueles que efetivamente sofrem as violências. É, portanto, necessário uma revisão constante do lugar e espaços de fala, reconhecendo as possibilidades de contribuição, mas evitando apagamentos ou atropelamentos dos protagonistas. Essa revisão crítica pode ser pautada inclusive alguns dos seguintes questionamentos: Que tipo de interferência a universidade está exercendo onde atua? Até onde ela pode influenciar na organização das mobilizações para que as intervenções necessárias/desejadas aconteçam? De que forma contribuir para a transformação efetiva no sentido da qualidade de vida de moradores de ocupações sem ser colonizador de ideias? E ao mesmo tempo, contribuindo com conhecimento técnico específico, em cooperação com o conhecimento concentrado nas próprias comunidades? Essas questões apontam para o refinamento do olhar sobre que lugar ocupar na mediação em ações junto a comunidades, movimentos e organizações sociais parceiras.

Na articulação com movimentos sociais, buscamos a horizontalidade, a troca, a emancipação no sentido freiriano, no entanto, na prática essa emancipação é difícil de existir, inclusive nas nossas formas de atuação. Essa dificuldade muitas vezes se encontra paralela com as ações concretas da luta. Nos casos descritos, colaboramos com movimentos sociais organizados com lideranças reconhecidas como tal e que concentram poderes decisórios dos movimentos e ocupações. Essas lideranças, uma grande parte delas mulheres, negras ou pardas, mães de família, são responsáveis por inúmeras outras famílias, inúmeras ações e mobilizações. Muitas delas são perseguidas e criminalizadas e ainda assim, se mantém na luta.

Como enxergar a co-produção do conhecimento, da cidade dentro destas relações tantas vezes perversas. Como nos inserir nessas disputas, tencionando sentidos emancipatórios, mas preservando a atuação dessas lideranças tão importantes, e que, no contexto atual, na cidade de São Paulo (em outras cidades do Brasil e em outros conflitos urbanos) têm garantido mais o direito à cidade e à moradia digna do que o próprio poder público?

Estas e outras questões têm atravessado os nossos campos de estudo e atuação. Como universidade nos cabe também o papel de refletir e questionar os contextos e as contradições. Apesar delas continuaremos nas frentes de atuação, buscando contribuir com nosso campo de conhecimento, assumindo as contradições e as frustrações, na luta pelo direito à moradia digna e à cidade, e nos colocando do lado daqueles e daquelas que historicamente têm esses direitos ameaçados e violados.

Assim sendo, ressalta-se que a intenção da pesquisa aqui abordada, sobre as ferramentas de co-produção da cidade e do conhecimento. Também sobre práticas, relações e articulações com conjuntos diversificados de agentes, nos bairros populares e ocupações de moradia. A centralidade da pesquisa não está na afirmação desses processos como resolução das desigualdades socioespaciais, mas sim das possíveis contribuições que a reflexão sobre as práticas pode oferecer e contribuir por parte da universidade como um agente co-produtor da cidade e do conhecimento sobre as cidades em que vivemos.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, João Sette Whitaker *et al.* CoPolis - Co-produção social da cidade e ciência cidadã. Uma perspectiva comparada sobre classe trabalhadora e bairros precários na França e no Brasil. *Relatório Científico FAPESP 2021*. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. [não publicado]

HORIGOSHI, Maria Rita de Sá Brasil; MARQUES, Alexandre Hodapp Oliveira. *A assessoria técnica entre a luta pela moradia digna e a urgência de um teto*. São Paulo, 2021. [no prelo]

JESUS, Patricia Maira de, SILVA, Patrícia Cezário. Do risco como argumento para remoções à melhoria de condições de segurança e habitabilidade. *Diálogos socioambientais na macrometrópole paulista*, Vol. Especial, n.º 08, 2020.

OLIVEIRA, Beatriz Mendes de. *Ocupação Anchieta: conflitos e experiências na luta por moradia*. 2021. 162 p. Trabalho Final de Graduação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

PEABIRU TCA. *Ocupação Anchieta: relatório da primeira etapa de trabalho realizado com fomento da Universidade de Michigan*. São Paulo, 2020. [não publicado]

PMSP - Prefeitura Municipal de São Paulo. *HabitaSampa*. Disponível em: <http://www.habitasampa.inf.br/>. Acesso em: 14 dez. 2021.

PMSP - Prefeitura Municipal de São Paulo, SEHAB - Secretaria Municipal de Habitação. *Situação das Ocupações na Cidade de São Paulo*. Publicação digital, 2018.

SAMPAIO, Celso Aparecido. *Onde Morar no Centro de São Paulo*. In: III Seminário Nacional Sobre Urbanização de Favelas - URBFAVELAS - Salvador, 2018. Anais eletrônicos... UCSAL: Salvador, 2018. Disponível em: <http://www.sisgeenco.com.br/sistema/urbfavelas/anais2018a/ARQUIVOS/GT1-347-147-20180630195241.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2021.